

EDIÇÃO EXTRA

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 21ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

2 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

3 – MANIFESTAÇÕES

4 – REQUERIMENTOS APROVADOS



ATA

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/3/2021

Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Homenagem Póstuma – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.573, 2.579, 2.580, 2.582, 2.583 e 2.585/2021; Requerimentos nºs 7.571 e 7.587 a 7.594/2021 – Comunicações: Comunicação do deputado Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Virgílio Guimarães, Zé Reis e Arlen Santiago – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Despacho de Requerimentos: Requerimento nº 7.571/2021; deferimento – Votação de Requerimentos: Requerimentos nºs 2.680, 2.996, 3.140 e 3.211/2019; aprovação – Requerimento nº 3.754/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 4.012/2019 e 7.379/2021; aprovação – Requerimento nº 7.405/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 7.415, 7.417, 7.464 e 7.560/2021; aprovação – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Irineu – Repórter Rafael Martins – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Celinho Sintrocel, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Homenagem Póstuma

O presidente – A presidência, considerando o sentimento de dor e de pesar dos familiares, manifestado pelos membros da Assembleia Legislativa pelos mais de trezentos mil óbitos em razão da infecção pelo novo coronavírus no País, determina seja feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas.

– Procede-se à homenagem póstuma.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.573/2021

Declara patrimônio cultural e imaterial o queijo artesanal Cabacinha, produzido no Vale Jequitinhonha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o queijo artesanal Cabacinha, produzido no Vale Jequitinhonha, declarado patrimônio cultural e imaterial do Estado.

Parágrafo único – A declaração de que trata esta lei tem por objetivo registrar, enaltecer e preservar a difusão das práticas historicamente relacionadas à fabricação e ao consumo do queijo artesanal Cabacinha, produzido no Vale Jequitinhonha, no âmbito estadual.

Art. 2º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos do Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente (PT).

Justificação: A produção e o consumo do queijo faz parte da história de Minas Gerais, e o queijo Cabacinha, produzido no Vale Jequitinhonha, tem um importante papel nessa história.

Com origem no queijo italiano Cássio Cavallo, o nome vem do resultado do processo de secagem do queijo: amarrados aos pares por um barbante e pendurados em uma vara de madeira, ganhando o formato de uma cabaça. O seu sabor lembra os queijos muçarela e provolone, e o que o difere é a utilização do leite e o seu processo de fabricação, pois é produzido com massa cozida e, quando atinge o ponto de muçarela, é dividido em porções e amarrado em uma das pontas com barbante e posto para secagem até esfriar.

Em 2014, com o objetivo de padronizar, incentivar e legalizar os processos, medidas fundamentais para agregar valor e gerar renda, através da Portaria nº 1.403, publicada no Diário Oficial, no dia 10 de maio desse ano, o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – reconhece a Região do Vale do Jequitinhonha para produção do queijo artesanal Cabacinha. Hoje o processo de produção do queijo artesanal Cabacinha, no Estado de Minas Gerais, obedece às normas e condições mencionadas na Lei nº 20.549 de 18 de dezembro de 2012 e demais pertinentes.

Mesmo com todo reconhecimento popular da importância econômica e cultura do queijo cabacinha, ele ainda não teve esse reconhecimento pelo Poder Executivo, que implica em mais investimento e publicidade desse produto tão importante na renda de várias famílias do Vale Jequitinhonha, inclusive aquelas que ainda não conseguiram regulamentar a sua produção.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.579/2021

Reconhece os serviços prestados pelos Centros de Formação dos Condutores (autoescolas) como essenciais para o estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os serviços prestados pelos Centros de Formação dos Condutores (autoescolas) são reconhecidas como atividades essenciais no Estado de Minas Gerais na calamidade pública provocada pela pandemia de Covid-19.

Parágrafo único – Como atividades essenciais, não estão sujeitas à suspensão ou interrupção, devendo observar os protocolos de segurança estabelecidos para o funcionamento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de março de 2021.

Delegada Sheila, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública (PSL).

Justificação: Neste momento tão atípico e complexo, precisamos minimizar os danos e com responsabilidade avaliar criteriosamente o funcionamento de cada área, analisando quais conseguem operar sem trazer riscos à saúde pública.

Os Centros de Formação de Condutores (autoescolas) conseguem adaptar-se para seguir protocolos rígidos, não correm risco de promover aglomerações, podem operar com horários pré-agendados e ainda prestam um importante serviço para o estado: o parcelamento do IPVA, que acontece nos 853 municípios mineiros através dos CFCs locais e permite que os condutores mantenham a documentação dos seus veículos em dia.

No período da pandemia, devido ao grande índice de desemprego, a procura por mudanças ou acréscimo de categoria aumentaram em 30%. Isso porque as pessoas têm buscado opções mais baratas ou que possam gerar algum tipo de retorno financeiro, como é o caso de motoristas de aplicativo ou motoentregadores.

Por entender que é uma demanda plausível e justa da Associação dos Centros de Formação de Condutores de Minas Gerais, apresento este projeto de lei para reconhecer os serviços prestados pelos Centros de Formação dos Condutores (autoescolas) como essenciais para o estado de Minas Gerais e conto com o apoio dos Nobres Colegas para aprovação do referido projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.580/2021

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Engenho – ACE –, com sede no Município de Taquaraçu de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Engenho – ACE –, com sede no Município de Taquaraçu de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2021.

Zé Guilherme (PP)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.582/2021

Proíbe o uso do chamado preparado de mel pela indústria mineira e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibido o uso do chamado preparado de mel pela indústria mineira e sua importação, bem como a de seus produtos derivados em todo o Estado.

Art. 2º – O descumprimento desta lei implica no pagamento de multa de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de responsabilidade de natureza penal.

Art. 3º – Compete aos órgãos de fiscalização a responsabilidade pelo cumprimento desta lei, bem como a aplicação de penalidades pelo seu descumprimento.

Parágrafo único – Os procedimentos de fiscalização e aplicação de sanções obedecerão aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de março de 2021.

Leonídio Bouças (MDB)

Justificação: O chamado preparado de mel é um produto de composição duvidosa, utilizado na produção de alimentos como iogurte, bebidas, doces, pães, entre outros.

Trata-se de uma calda de açúcar aromatizada inteiramente artificial, que substitui o mel original, assim enganando o consumidor como se mel fosse, mas inteiramente prejudicial à saúde.

Não bastasse a ausência de valor nutritivo, o chamado preparado de mel é levado a efeito por profissionais na maioria das vezes desqualificados, sem nenhuma metodologia, resultando em um produto sem garantia de mínima qualidade. O consumo desse produtos e dos que o utilizam é altamente nocivo, sobretudo para crianças, além de ser responsável por doenças cardiovasculares e também obesidade.

A segurança alimentar, a propósito, constitui uma das nossas mais sérias preocupações. Uma população que consome alimentos saudáveis é igualmente saudável. Via de consequência, um país cuja população é protegida na sua base alimentar acabará por ser beneficiado com a redução dos custos de doenças que podem ser evitadas.

Diante do exposto, esperamos merecer o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Antonio Carlos Arantes. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.576/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.583/2021

Acrescenta o inciso “V” ao art. 10 da Lei nº 23.631, de 2/4/2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescente-se ao art. 10 da Lei nº 23.632 de 2/4/2020, o seguinte inciso “V”:

“Art. 10 – Para fins de proteção do consumidor, o Estado poderá adotar as seguintes medidas:

(...)

V – Fica proibida a interrupção e o corte do fornecimento de energia elétrica, água e esgoto por inadimplemento dos consumidores residenciais de baixa renda, pequenas e microempresas e empreendedores individuais enquanto durarem os efeitos da calamidade pública decretada em razão da pandemia de coronavírus.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de março de 2021.

Doutor Paulo (Patri)

Justificação: Apresentamos este projeto de lei na tentativa de assegurar a manutenção da sobrevivência dos cidadãos de Minas Gerais para que possam enfrentar os efeitos econômicos e sociais da pandemia de coronavírus com a garantia de que terão os mecanismos básico para subsistência como energia elétrica, água e esgoto.

Pela importância da matéria aludida conclamamos a nossos ilustres pares a aprovação deste projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Cleitinho Azevedo. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.590/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.585/2021

Declara de utilidade pública o Centro de Educação e Desenvolvimento Social da Ilha – Cedes – Creche da Ilha, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Educação e Desenvolvimento Social da Ilha – Cedes – Creche da Ilha, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de março de 2021.

Celise Laviola (MDB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.571/2021, do deputado Cássio Soares, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.556/2021, de sua autoria, que dispõe sobre a doação de imóvel ao Município de Passa-Vinte.

Nº 7.587/2021, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19 – Comitê Extraordinário Covid-19 – pedido de providências com vistas a incluir no rol de serviços essenciais durante a pandemia de covid-19 as atividades das academias de esporte de todas as modalidades, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Bartô. Anexe-se ao Requerimento nº 7.585/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 7.588/2021, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que se amplie o tratamento da covid-19 para os pacientes que já contraíram a doença, tendo em vista as várias complicações e sequelas decorrentes da enfermidade. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.589/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que seja permitido ao produtor rural optar pela emissão da nota fiscal eletrônica ou física, em talonário próprio, tendo em vista as limitações de acesso à internet na zona rural do Estado. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.590/2021, do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam prorrogados os prazos de pagamento dos empréstimos contraídos pelos micro e pelos pequenos empreendedores junto ao BDMG. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.591/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao ministro da Saúde pedido de providências com vistas à liberação de recursos para socorrer os municípios do Estado que já estão com a capacidade de atendimento comprometida, considerando-se a grave crise provocada pela pandemia de covid-19, e à criação de força tarefa federal, com a disponibilização de hospitais de campanha e profissionais, nas regiões onde a capacidade de atendimento já está esgotada. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.592/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que seja revogada a previsão de cortes orçamentários da ordem de 18,64% em recursos para custeio, de 20,5% para investimentos e de 24% para a assistência estudantil, especificamente aplicados na previsão orçamentária destinada à Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF –, cortes previstos na Proposta de Legislação Orçamentária Anual – Ploa – de 2021, encaminhada ao Congresso, e para que, diante da situação de pandemia e da necessidade de superação dos desafios pelo qual passa nosso país, sejam ampliados, em pelo menos 20%, os recursos financeiros e verbas orçamentárias destinados às universidades federais do Estado e de todo o território brasileiro, sejam garantidas as condições para o adequado funcionamento das universidades públicas em nosso país,

sejam criados novas universidades federais e novos câmpus ou desmembrados novos departamentos a partir das universidades já existentes, de forma a aumentar em 10% o número de novas matrículas nas universidades públicas federais. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.593/2021, das deputadas Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Leninha, em que requerem seja formulada manifestação de apoio à Sra. Margarida Salomão, prefeita de Juiz de Fora, pelos ataques, violência política e vandalismo praticados contra a ela, motivados pelas medidas de distanciamento e isolamento social adotadas pela administração municipal, razão pela qual prestamos nossa solidariedade, reafirmando nosso compromisso de construir ambientes políticos em que as mulheres eleitas possam exercer plenamente suas funções públicas em segurança. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

Nº 7.594/2021, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca do critério de distribuição de vacinas contra a covid-19 adotado para os municípios situados na região do Município de Nova Serrana. (– À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente, boa tarde, colegas deputadas e deputados. Eu me inscrevi hoje justamente para reforçar ainda esse 1 minuto de silêncio, por essas 300 mortes, por esses 300 lutos que a gente está vivendo cotidianamente. Isso tem não só nos sufocado, mas também exigido que o governo federal, que o presidente Bolsonaro e que o governador Zema tenham uma postura digna conosco. Nosso país está isolado do restante do mundo, não é? Estamos vivendo um isolamento, inclusive do ponto de vista político, econômico e sanitário. Nós precisamos encontrar respostas para isso. O número de pessoas... Estou aqui em Ribeirão das Neves, presidente. O número de pessoas que estão desempregadas, desiludidas, passando fome, revirando lixo... O decreto do governador infelizmente está sendo descumprido por muitos comerciantes. Há um colapso não só da saúde mas também da forma como as pessoas estão lidando com essa falta de gestão e de perspectiva de futuro.

Aliado a tudo isso, presidente, ontem fui pessoalmente ao presídio, ao Centro de Referência à Gestantes, da Suapi. Por meio dos jornais, nós ficamos sabendo que 16 detentas, que 16 mulheres, que estão presas, muitas delas, boa parte, nem têm sentença. Isso é importante dizer porque às vezes as pessoas julgam quem está no sistema prisional como quem está ali respondendo porque é culpado. A culpa só vem depois do julgamento. Nós estávamos comemorando por esses dias a liberdade do Lula, do presidente Lula, por isso. Ele foi sentenciado, foi preso. Boa parte das pessoas hoje que estão nesse sistema, nessas masmorras, e aqui em Neves há seis, não passaram pelo devido processo legal. Elas não foram sentenciadas, elas estão respondendo processo, cada uma em sua cidade. Os processos nem estão lá em Vespasiano, mas elas estão lá, com os filhos no colo. Muitas estão grávidas, já nos últimos meses para dar à luz. Infelizmente, elas tiveram contaminação pela Covid.

Fizeram o exame, e o exame deu positivo. Mas não é só isso, presidente. É assustador. Saí de lá e conversei com a diretora do presídio, e insistem em dizer “centro de detenção”, como se as pessoas tivessem a liberdade de ir e vir, mas, infelizmente, as mulheres continuam lá. Cerca de vinte e poucas mulheres estão lá acauteladas pelo Estado, e isso é importante porque, para quem está acautelado pelo Estado, toda a responsabilidade pela vida dessas pessoas está nas mãos do Estado, do governo do Estado. Elas estão lá dividindo espaço com outras mulheres que ainda não foram diagnosticadas com a Covid. Isso é grave porque, além de não poderem exercer o direito, porque elas estão na lista de pessoas vulneráveis já que estão na fase final da gestação. Então elas têm o direito de cumprir pena domiciliar, essas mulheres que foram condenadas, pois, volto a dizer, boa parte delas está respondendo processo ainda, isto é, não são culpadas porque não existe sentença. Nunca viram o juiz na sua frente, muito menos agora com as audiências sendo feitas de forma remota. Essas mulheres têm o direito de garantir a vida delas e a vida dos filhos em prisão domiciliar. A luta é muito

grande. Algumas dessas mulheres, além de estarem contaminadas, estão usando bombinha por conta da falta de ar. Também não têm atendimento médico. Há uma promessa da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais de encaminhá-las ao médico para que aconteça o atendimento, mas até a escolta para levá-las à UPA de Vespasiano é escassa. A gente já sabe dessa fragilidade do sistema prisional. Não existe escolta. Nenhum sistema dá conta de atender o encarceramento em massa que a gente está permitindo no País, não é?

Hoje trago isso aqui para o Plenário, com a angústia de ter ido lá e visto crianças, com menos de 1 ano de idade, contaminadas, sem acompanhamento médico, sem atendimento da família. A gente sabe disso, e o senhor é doutor e sabe que essas pessoas precisam pelo menos ter o direito de beber água potável em abundância para que o vírus saia do corpo delas e para que tenham saúde para passar pelo parto. Elas já estão na fase final da gravidez. Muitas delas já estão no 8º mês de gravidez e precisam ter a garantia do cumprimento dessa pena domiciliar, seja fazendo uso de tornozeleira ou de qualquer outro instrumento que o Estado tiver para oferecer. Contudo, até hoje, elas ainda estão lá dentro do presídio, acauteladas pelo Estado, com toda a debilidade e escassez que hoje o sistema prisional oferece para garantir dignidade às pessoas.

Estou aqui clamando aos meus colegas parlamentares e a esta Casa para que a gente possa agir rápido porque o escândalo de Minas Gerais, cada vez mais, vem se acumulando. Vimos primeiro o desvio de vacinas. Foram quase duas mil ou mais vacinas desviadas para atender ao interesse arbitrário do governo do Estado, e esta Casa, de pronto, apresentou uma comissão para discutir isso. É uma questão criminal. Não dá para tratar isso como sendo só uma improbidade administrativa. É um crime. A gente sabe que as policiais penais estão lá cuidando dessas mulheres porque o atendimento tem sido feito pelas agentes. É o policial penal e é a policial penal que está lá cotidianamente, e a gente sabe como é o trabalho exaustivo de quem está na segurança pública. Essas pessoas estão lá colocando a vida delas e da família em risco, e, enquanto isso, o governador distribui as vacinas que chegam ao Estado de forma irregular, irresponsável, ilegal, imoral.

Então, presidente, colegas, a gente ocupa o Plenário inclusive para dar voz a esses que estão sendo invisibilizados. Direitos humanos é para todos. Aliás, esta Casa tem uma Comissão de Direitos Humanos, a qual presido ao lado da deputada Leninha, que também, de forma exaustiva, tem circulado os hospitais do Norte de Minas para dizer que o atendimento é insuficiente, e as pessoas já estão em exaustão.

Então, quero clamar para que o Judiciário possa agir, e agir rápido, inclusive sendo recomendado por esta Casa que a decisão do juiz possa garantir que essas mulheres voltem para suas casas. Boa parte não deveria nem ter saído porque a prisão tem que ser em última instância. Nenhuma pessoa que responde a processo, no último mês de gestação, pode ter como pena perder a própria vida pela Covid, estando acautelada pelo Estado.

Outra coisa que quero também exigir aqui é que esta Casa encampe o desafio de garantir que as policiais penais que estão trabalhando lá no Centro sejam vacinadas. O próximo lote que chegar ao Estado precisa garantir... Isso porque, se no atendimento há 20, 25 mulheres e 16 estão contaminadas, seis bebês com menos de 1 ano – seis bebês que estão sendo amamentados estão contaminados com a Covid – em um espaço criado pelo Estado, mantido pelo Estado, as pessoas que lá trabalham, nesse espaço, também estão acometidas. Elas precisam ser vacinadas. Não adianta o Estado continuar fazendo o que faz, que é pôr o vírus para circular, transferindo os presos, transferindo os policiais penais. Ele precisa se responsabilizar pela vida dessas pessoas. Todos eles estão trabalhando, presidente. Eles não pararam de trabalhar um dia. Eles não têm direito ao isolamento social. Isso é demagógico!

Nós precisamos lutar por vacina. As UTIs são um grande dilema também; é como enxugar gelo. Existem várias vacinas autorizadas no mundo inteiro. Existem vacinas que já foram reconhecidas e autorizadas por mais de 30 países. A gente não encontra mais justificativas para essas vacinas não chegarem a cada uma dessas pessoas que estão já em situação de penumbra, porque elas já estão à beira da morte e estão lidando com pessoas contaminadas sem atendimento médico, sem proteção.

Eu concluo a minha fala, presidente, dizendo que não faço espetáculo em cima das mortes. Dói muito ver as pessoas procurarem a gente. O e-mail da Comissão de Direitos Humanos está carregado de mensagens, inclusive de servidores da saúde, dizendo que estão na exaustão, seja em Pompéu, seja em Paraopeba, Uberlândia, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Nós estamos falando de dezenas de pessoas que estão pedindo ajuda porque já não têm mais recurso humano para enfrentar essa doença. Então não dá mais para deixar na mão de um governador que só empurra o prazo, só empurra, sem dar a resposta completa, que é a compra e a distribuição de vacinas urgentemente.

E aí eu volto a reforçar: as policiais penais e essas mulheres gestantes, na fase final da gestação, precisam de um olhar especial. Já passados quase 10 dias da denúncia, nada fez o governo estadual, a não ser mandar máscaras. Isso é desumanizar as pessoas, isso é tratar as pessoas como objetos. Eu não vou permitir, e peço aos meus colegas que também não permitam que isso continue.

Essas são as minhas palavras, presidente. Agradeço, e seguiremos denunciando e dando voz às pessoas que estão encarceradas, porque elas também estão ali e têm direitos humanos, como está previsto na Carta.

O deputado Virgílio Guimarães – Boa tarde, presidente Doutor Jean, deputados e deputadas. Parece que agora estou... Pois não. Tudo certo aí, presidente?

O presidente – Tudo bem, deputado. Estamos ouvindo.

O deputado Virgílio Guimarães – Então muito obrigado. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, queria fazer dois tristes registros aqui. Um é do passamento por Covid do nosso ex-vereador de Belo Horizonte, o José Zito, lá do Lindeia, do Bairro Regina, na região do Barreiro. Foi um dos primeiros vereadores que tivemos aqui, um caminhoneiro, um trabalhador, um lutador da periferia, que agora foi vítima dessa terrível pandemia. Perdemos também um dos fundadores do PT, o Dr. Hélcio Reis, advogado, militante antigo – antes do governo militar de 1964, do golpe militar de 1964 já era um militante político –, foi um dos fundadores do PT, conduziu o nosso partido. Fica aqui também o nosso registro e o nosso lamento.

Por outro lado, também quero, com alegria, fazer o registro de dois aniversários. Um deles é do nosso prefeito Elias Camilo, a quem mando o nosso abraço; por uma feliz coincidência, ele nasceu no mesmo dia do aniversário do nosso Clube Atlético Mineiro, o Galo. Já registrei a minha proposta de fazer uma modernização, de adotar o Galo como um nome próprio, como a nossa torcida, a nossa massa já adotou, mas isso deixo para os conselheiros do Atlético, clube de que tenho a honra de fazer parte. Deixo aqui, portanto, o meu grande abraço à massa atleticana, que tantas alegrias têm nos dado. Quero então fazer aqui esse registro no dia de hoje.

Aproveito aqui, Sr. Presidente, para também abordar outros assuntos que têm nos preocupado nesse momento. Em primeiro lugar, quero falar sobre a possibilidade de funcionamento, mesmo que por meio eletrônico, meio a distância, das nossas comissões. Faço esse registro sobretudo em função da Comissão de Participação Popular, da qual sou membro. Muitas das tarefas dessas comissões não esperam, mesmo que estejamos no momento de *lockdown* ou de onda roxa. Refiro-me especificamente, por exemplo, à questão do acordo com a Vale, acordo firmado por vários setores do Judiciário, do Executivo, acordo esse que tem uma única referência para a Assembleia Legislativa, retribui a ela a questão da participação popular. Evidentemente, é uma tarefa específica da Comissão de Participação Popular, ou seja, toda questão que vai além daquele aspecto puramente orçamentário, que por sua própria natureza é de atribuição da Assembleia, é de atribuição da comissão chamada de Fiscalização Financeira, ou seja, comissão de orçamento... É claro que ela vai se pronunciar sobre isso, uma parcela da proposta de acordo da Vale. Porém, a imensa maioria, o grande quinhão desse acordo não se refere a aspectos orçamentários. Nós temos todos os demais. E em passant o acordo diz que a Assembleia deve promover a participação das pessoas. Só que já foi amplamente discutido, falado, propalado, denunciado, reclamado que não houve participação popular na questão desse acordo. Foi um acordo onde não houve participação do povo. E ali se atribui, pelo menos de passagem, à Assembleia Legislativa esse patrimônio natural. Claro, vejo isso com alegria, que, pelo menos, numa mera

passagem, numa única, a Assembleia foi lembrada, porque é a Casa do Povo. O locus ideal da participação popular é a própria Assembleia, mas ela tem que ter como participar. Mesmo que já venha alguma decisão, salvo melhor juízo, pode ser alterada, apesar de que, formalmente, só na parte orçamentária caberiam mudanças. Todo o conjunto precisa naturalmente de ser debatido, de ser inclusive acompanhado, se não alterado, no mínimo acompanhado, toda questão atribuída à Bacia do Paraopeba, quem vai fazer isso, as prefeituras, porque cada prefeitura está recebendo um valor específico e elas também não participaram, não discutiram. O critério adotado é correto? É incorreto? É muito? É pouco? Tudo isso já veio pronto. Ora, esse acordo seria um acordo imexível? Não, claro que não. A Assembleia, no mínimo, tem que debater e até sugerir esses outros caminhos. Eu não sei qual a validade jurídica desse acordo, sem a acolhida da Assembleia, mas digamos que, assim seja, ele deveria, no mínimo, passar por uma discussão. E, dentro da Assembleia, naturalmente, quem tem que fazer essa discussão, que não é atribuída especificamente a nenhuma comissão, é a Comissão de Participação Popular.

Nesse sentido, estou aqui sugerindo que as comissões que não têm funcionamento ordinário, em termos da formulação legislativa de apreciar os projetos, poderiam perfeitamente ter um funcionamento de fazer audiências que não precisam ser necessariamente audiências públicas. Elas poderiam fazer reuniões técnicas, em alguns casos, fazer audiências com representantes e outros, sempre, naturalmente, com os critérios adotados e os protocolos adotados para o momento em que nós estamos vivendo, que é o momento da onda roxa. Não proponho, de maneira nenhuma, uma alteração, mas que haja essa possibilidade para não ser apenas uma convocação, que nós podemos fazer a qualquer momento. Eu posso, a qualquer momento, com o meu mandato, pela minha condição de parlamentar, convocar uma reunião, chamo quem eu quiser, mas ela não tem a mesma força, não tem o mesmo aspecto, não diria convocatório, mas, mesmo em termos de convite, que causa um determinado registro e uma divulgação; é uma porta de entrada para a opinião popular a respeito de vários temas.

Chamo a atenção, sobretudo, para um tema extremamente polêmico, este sim já está na parte orçamentária, mas precisa também de um debate mais amplo, que se refere à questão do chamado anel viário de Belo Horizonte; esse anel rodoviário que não tem sequer um traçado já definido. Nós temos problemas ambientais da maior gravidade a serem enfrentados. Enfim são questões jogadas muito adiante. Eu não sei sequer se isso seria uma prioridade para o povo de Minas. Inclusive vi o prefeito de Betim, Vittorio Medioli, fazendo críticas pesadas. Será que os prefeitos foram ouvidos? As cidades, em tese, serão beneficiadas? Por que não a extensão do metrô, por exemplo, até Betim?

O metrô, o pré-metrô não seria algo que atendesse melhor e dentro de um horizonte temporal alcançável pelos nossos projetos atuais, em lugar de lançar isso muito para um futuro tão distante que não sei se estaria abrangido pelo período razoável para as compensações previstas para a Vale?

Portanto, Sr. Presidente, vejo que esse festejado acordo que ocorreu, não sei se é possível mudar os seus termos, os seus quantitativos, mas naturalmente o seu conteúdo, esse, sim, precisa ser debatido por esta Casa. Nós não podemos, já que não tivemos o poder legislativo em relação a esse acordo, que, pelo menos, tenhamos o fiscalizatório, que agrada tantas pessoas, tantos companheiros, tantos colegas aqui. Nesse grupo não me incluo: eu prefiro que a Assembleia continue mantendo como sua prioridade, assumindo de uma maneira mais corajosa, mais afirmativa, o seu papel de elaborar, de ter protagonismo em termos da construção do futuro, de ter protagonismo em termos de legislação, inclusive no que deveria se referir a esse acordo.

Portanto, faço aqui um apelo, sem ferir em nada as sábias e oportunas decisões tomadas pela Mesa da Assembleia, que ela nos dê essa condição, nas comissões também, daquela que assim achar por bem, de ter o seu funcionamento remoto, obedecidos – repito – os devidos protocolos do momento, mas que possam exercer também a sua função tanto de fiscalização quanto do seu protagonismo propositivo, porque as coisas vão acontecendo, vão se consolidando, vão ocorrendo à nossa margem. E aí o tempo, que é o senhor da razão, vai falar mais alto do que a nossa espera pela superação do momento de pandemia.

São, portanto, Sr. Presidente, essas sugestões e até mesmo – por que não? – o apelo que coloco neste momento através deste meu pronunciamento. Tenho dito.

O deputado Zé Reis – Presidente, todos que nos acompanham pelas redes sociais e pela nossa TV e demais colegas, é um prazer imenso estar aqui podendo falar com cada um de vocês, primeiro pelo momento delicado que vivemos, especialmente nós aqui do Norte de Minas, do sertão, convivendo com a seca. O fato é que o vírus está muito mais presente ao nosso redor, muito mais presente nas pessoas que amamos, muito mais presente nas pessoas do nosso vínculo propriamente dito. É claro que, de um lado, há o impacto da doença e, do outro, automaticamente, há o impacto do mercado, aos nossos comerciantes, aos nossos donos de pequenos restaurantes, de bares, enfim, efetivamente uma região que já tem sua limitação própria, sua limitação propriamente dita pela natureza da circulação de dinheiro, da circulação financeira e agora mais esse impacto duplo.

Para isso, Sr. Presidente, eu venho aqui conclamar à Casa para que possa tramitar os projetos, especificamente os projetos de leis voltados à pandemia. E aí eu trago o projeto de lei de nossa autoria, o Projeto nº 2.254, que cria um programa específico de vacinação para o Estado de Minas Gerais, e sabemos do Programa Nacional de Imunização, que está em prática, que está acontecendo, mas nós precisamos de uma segunda alternativa para que possamos efetivamente ver a população sendo vacinada. Se por um lado, a estrutura hospitalar está sobrecarregada, e se, de outro lado, ainda que a população esteja com serviços essenciais, ainda que haja cidades que estão aplicando o *lockdown*, é inevitável a aglomeração. Então só temos uma alternativa, que é a vacinação.

E ontem, num gesto muito bravo, um trabalho que vem fazendo o Congresso Nacional, e aí destaco, sob o comando do nosso senador da República e presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, uma busca com países como os Estados Unidos, China, Índia, para justamente forçar esses insumos a chegarem. Sabemos o trabalho que está acontecendo na Fiocruz e também no Instituto Butantan, e logo em breve vamos ter condições de alta produção. Mas, para isso, nós temos que ter condição de o próprio Estado adquirir. E, para adquirir, precisa haver dotação financeira, precisa haver dotação orçamentária, precisa haver previsão legal. E aí a importância inclusive, paralelamente a isso, de uma defesa que sempre vejo aqui do nosso Sargento Rodrigues, da imunização dos nossos agentes de segurança, que estão na rua, que estão na ponta, e dos nossos professores, que têm que retornar às aulas. E para isso a importância desse PL ser votado, e dar condição e base legal para o Executivo poder trabalhar.

E aí o meu agradecimento. O meu agradecimento ao governador Romeu Zema; o meu agradecimento ao secretário Fábio, que chegou com toda a equipe que está na secretaria e que já vinha trabalhando. Como sabem, o nosso deputado e companheiro Carlos Pimenta trouxe, na semana passada, uma questão da medicação. Logo, de imediato, foi atendido pelo Estado, mesmo o Estado sem ter o estoque para essa medicação hospitalar, essa medicação de sedação, essa medicação de intubação, foi atendido.

Ainda ontem a secretária Dulce me reencaminhou novos ofícios, novos pedidos dessa medicação. Conversamos praticamente à noite. Hoje, pela manhã, tivemos já retorno da Secretaria de Saúde falando que estaria despachando para a nossa capital do Norte, Montes Claros, mais um aporte de medicação. Mesmo sem o Estado ter esse estoque, está viabilizando, está buscando a estruturação de oxigênio, como fez, na semana passada, para a minha querida cidade de Januária, dando o suporte devido. Então meus parabéns a toda a equipe de saúde, que, mesmo com todas as limitações, com todas as dificuldades, não só humanas, não só dificuldades financeiras, dificuldades de disposição do produto no mercado, como é o caso do oxigênio, como é o caso desses kits de entubação, está fazendo esse trabalho de frente e buscando.

E é claro também que há pressão psicológica, porque hoje, quando o representante do Ministério Público, do parquet, do nosso grande Ministério Público, fala em uma possível responsabilização de quem tomou a vacina, seja de quem mandou, seja de quem tomou, eu recebi inúmeras ligações de servidores desalentados, simplesmente confusos, falando: “Reis, eu estou servindo o Estado de Minas Gerais, eu estou trabalhando para buscar o melhor. Tomei a vacina porque estou no batalhão de frente, e agora posso

ser processado, posso ser condenado por um crime que não cometi”. E isso é duro. Mas estamos aqui em conjunto e no que depender do nosso trabalho...

Ainda nessa linha dos parabéns, eu quero aqui externar o meu agradecimento ao Romeu Zema por nos ouvir, em uma reunião da bancada do Norte, sobre a prorrogação do reajuste do pedágio. E aí eu destaco um levantamento muito bravo que trouxe aqui o deputado do Norte, do sertão, Arlen Santiago. E depois a bancada do Norte se reunindo, todos buscando solução. O governo ouviu a gente, determinou a duplicação da nossa rodovia de integração, que é a 135, e a prorrogação do reajuste.

Da mesma forma, para terminar, Sr. Presidente, também quero trazer o meu agradecimento pelos anúncios das obras. O Fernando Marcato, na sexta-feira, em plena sexta-feira de pandemia, com dificuldades, anunciou o edital da BR-402, que vai interligar Montes Claros e todo o Norte de Minas a Brasília, um projeto importante de pavimentação. Também nos adiantou a importância do projeto da ponte do Rio São Francisco, cuja obra será iniciada logo em breve, já que há obra licitada, há um contrato ainda vigente, mas faltava o financeiro. E aí é claro que esse financeiro veio agora, e isso destaca a importância da participação de mais um artista, o nosso procurador-geral Dr. Jarbas, que teve uma participação fenomenal na busca desse recurso e na garantia desse dinheiro.

Com fé em Deus, a nossa cidade de São Francisco será interligada ao Distrito Federal, por meio de uma ponte no Rio da Integração, o Rio São Francisco. Não diferente nem menos importante, o Fernando Marcato destacava – é claro, sempre nas cobranças de nossas emendas, para serem aportadas e vemos concluído o projeto da 479 – uma importante rodovia que liga a minha querida cidade de Januária a Brasília. Uma rodovia criada exclusivamente para atender a cidade de Januária, integrando-a ao Planalto Central criado pelo nosso mineiro Juscelino Kubitschek há 60 anos, e agora a gente sente o cheiro da oportunidade de ver essa via sair do papel.

É um projeto que tem a previsão de terminar agora, no final de junho. O prefeito Maurício está em cobrança constante, na luta constante, e agora esse projeto está terminando, e temos a certeza de que veremos, ainda este ano, licitado o projeto da obra. Enfim, que seja no ano que vem, mas tenho muita fé de que este ano ainda teremos o primeiro passo. Ou seja, com toda pandemia, com todas as dificuldades a que a gente assiste, a que estamos assistindo, mas ainda há esperança em dias melhores. Esperança, graças a um governo sério, graças a um governo que está buscando – ontem esteve em Brasília, junto ao nosso presidente da República – alternativa, buscando investimento, buscando maneiras de estabilizar a vida dos nossos mineiros e mineiras e de promover o retorno do comércio. Hoje vimos anúncios do próprio governo do Estado de Minas Gerais dizendo que está cortando na carne, fazendo a prorrogação da tributação, do recolhimento. Enfim, para que as coisas voltem ao seu devido lugar e, efetivamente, a gente possa vacinar, andar para a frente, olhar para a frente. Deixo aqui o meu desafio e o meu chamado aos nobres pares, aos nobres colegas desta Casa.

No mais, parabéns e o meu muito obrigado a todos que, de alguma forma, puderam contribuir para que as coisas mudem – e elas estão mudando –, para que a saúde não pare, para que o caos não chegue, mesmo diante de todas as dificuldades.

O deputado Arlen Santiago – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que nos assistem.

Realmente, caro governador Zema, um dos motivos de a gente apoiar o senhor integralmente é porque a gente tem a convicção de que o seu governo não tem corrupção e parece que não compactuava com a corrupção. Já pude, na presença do senhor, colocar na frente do ex-secretário as dificuldades do povo mineiro pela falta de decisão da Secretaria de Saúde, no mandato do Carlos Eduardo, que resultou no que nós estamos vendo aí, na inoperância e imperícia na condução da secretaria.

Também, naquela época, com o secretário Manoel, expliquei que a Cemig andava muito mal. Infelizmente, ela cuidava pouco dos interesses dos mineiros, e felizmente o senhor concordou com isso e já começou com algumas substituições lá. Agora demorou, mas acabou fazendo a substituição também na Secretaria de Saúde.

Governador, o senhor colocou Minas Gerais na onda roxa. O senhor sabe da gravidade disso, das pessoas terem que parar de trabalhar, do feirante não ter como vender os seus produtos e não ter como comprar o leite ou o medicamento para a sua filha. Então imagino o senhor como um grande empresário, vindo com essa mente liberal, ter que tomar esse tipo de atitude porque a imperícia do secretário Carlos Eduardo fez com que as regiões não se preparassem para essa pandemia que está aí, essa segunda onda.

E temos que estar preparados para a terceira onda e, para isso, nós já enviamos ao Fábio Baccheretti algumas situações do Norte de Minas, que tem que estruturar melhor para aguentar os problemas. Estão aí correndo, os hospitais ali a postos, colocando mais leitos, mais UTIs, mas nós temos algumas peculiaridades que, por mais boa vontade que exista, sem a infraestrutura não tem jeito.

O Fábio Baccheretti já está com um ofício nosso e também um ofício da bancada do Norte, afirmando que Brasília de Minas é uma cidade importantíssima para não deixar todos os casos virem para cá. Agora, como é que vai Brasília de Minas fazer entubação sem ter um carrinho de anestesia e sem dinheiro para comprar? Conseguimos um empréstimo de um hospital de Montes Claros. O tomógrafo de lá, há 4 anos, está quebrado. E quando a gente falava com o Carlos, ele dizia: “Não. Nós temos que olhar agora as coisas urgentes”. Oh, Carlos, você ficou aí muito tempo e não deu conta.

Uma outra cidade, Janaúba, tem dois hospitais, 70 mil habitantes numa região de mais de 400 mil habitantes. Tem um tomógrafo velho lá, que quebra todo dia, e o prefeito José Aparecido conseguiu dar um mel de coruja para ele estar mantendo mal e porcamente o atendimento.

Salinas, uma região enorme, felizmente é dividida com outro hospital em Taiobeiras. Só que ali não tem um tomógrafo e está faltando carrinho de anestesia. Quer dizer, seria muito importante tirar um pouco desse recurso, que sempre não é uma coisa imediata, e dotar esses três hospitais de uma estrutura, de um tomógrafo novo e de boa qualidade, de carrinhos de anestesia.

E o Noroeste também está pegando fogo. Unai tem um tomógrafo que atende pelo SUS, e o resto da região está todo aberto. Lá em Urucuia tem um bom hospital que, no ano passado, fez mais de 600 cirurgias eletivas, uma cidade pequena. Já tem construída também uma sala para um tomógrafo e pode pegar a metade da região do Noroeste para cuidar. O prefeito Rutilio já colocou os respiradores lá.

Então, governador, eu acho que algumas atitudes realmente têm que ser tomadas para evitar mais problemas ainda e que o senhor tenha que fazer a prorrogação indefinida dessa onda roxa que está sendo necessária, mas que traz muito mal às pessoas, principalmente as mais pobres que precisam trabalhar.

Mas eu gostaria de saber, governador, o senhor, que é um homem sério – e a gente tem certeza de que não há corrupção no seu governo –, o que faz acontecer a mudança de ideia dos seus auxiliares? Quando o senhor falou com a Assembleia como seria a indicação dos seus auxiliares da ponta, que é um lugar muito importante, na Superintendência de Saúde, na Superintendência de Educação, as pessoas teriam que passar por requisitos de uma prova, de uma entrevista para, depois, na hora que sobrassem lá três, quatro ou cinco, aí, então, haver a escolha. Mas, pasmem, pasmem! Governador, o senhor precisa saber: pegaram uma funcionária que passou no concurso lá em Janaúba, na GRS, e na hora que as vacinas estão chegando lá na GRS, a sua equipe troca, tira essa pessoa. Não sei o motivo, mas, se há algum motivo ou se ela quer sair, que coloque uma outra pessoa das três ou quatro que participaram da licitação, que são funcionários efetivos da GRS como essa, que era a superintendente que estava lá.

Não fui eu quem indiquei, mas o nosso prefeito Alex, de Pirapora, que ganhou do grupo que estava no poder com mais de 8 mil votos à frente para fazer uma administração transparente – e está sendo feita, está auditando possíveis malfeitos, inclusive, na Secretaria Municipal de Saúde que têm que ser apurados – foi pego de surpresa pela mudança de uma funcionária efetiva por uma funcionária de recrutamento amplo. Tenho certeza de que a sua assessoria não olhou na folha do Tribunal de Justiça e não olhou com o Ministério Público da nossa querida cidade de Pirapora que, quando ela era secretária municipal, no governo passado, alugou uma casa dela para lá, e o Ministério Público mandou cancelar imediatamente, o que felizmente foi feito. Eu acho que isso não seria o

ideal. Algumas outras coisas estão chegando aqui para nós. Acabei de receber um telefonema, inclusive para poder levantar o terceiro grau dessa pessoa. Mas, governador, se o senhor preza a sua biografia como eu a prezo, assim como a sua maneira correta de governar, eu acho que o senhor tem que olhar por que essa substituição está sendo feita, retirando funcionários efetivos para colocar funcionários de recrutamento amplo que vão ter que olhar algumas coisas. O prefeito Alex está fazendo uma auditoria na Secretaria Municipal de Saúde e vai ter que contar com o apoio da GRS. Ele vai bater à porta de quem? De quem era a secretária, sobre quem pesa algumas suspeitas.

Eu acho que não pode ser feito tudo pela política. O senhor tem mostrado isso. Quando o senhor falou: “Vou fazer a seleção de alguns secretários”, o senhor conseguiu trazer o Marco Aurélio, um craque da área de infraestrutura. Depois dele o senhor trouxe outro craque: o Fernando Marcato. Não precisamos nem falar da Seplag onde o Otto tem dado um show de bom trabalho. O secretário de Fazenda está conseguindo pagar os salários e as verbas constitucionais dos prefeitos, e o senhor ainda está conseguindo pagar o que no passado não foi pago aos funcionários, que foram para a Serasa – retiraram o dinheiro deles: R\$1.000.000.000,00 –, e também o ICMS. As coisas, quando são bem organizadas e há uma ideia boa, vão bem.

Governador, fique sabendo que eu quero o bem do povo de Minas Gerais. O bem do povo de Minas Gerais é uma administração muito boa, que o senhor está fazendo. Agora, quanto à mudança, ao apelo do canto de sereia para fazer indicações ao léu dessa maneira, eu acho que o senhor podia perguntar aos seus auxiliares por que estão sendo feitas essas mudanças na hora da pandemia. Foi sacado um secretário, um subsecretário, e agora vai-se desmontar a equipe em Pirapora e em algumas outras regionais para atender a interesses políticos? Realmente, governador, esse não é o seu estilo. Não sucumba, continue como o senhor começou e está tentando fazer. Estamos do seu lado. O senhor não está sozinho, não precisa sucumbir a esse tipo de política sobre a qual o senhor tanto falou. Os mineiros acreditaram no senhor. Como o senhor sabe, no 2º turno, não votei no senhor, mas no Anastasia, mas, desde o início, o senhor precisava da oportunidade de falar a que veio; e a tudo o que o senhor está fazendo – a grande maioria –, nós somos totalmente favoráveis; tanto é que, a qualquer projeto do senhor aqui, nunca faltou o nosso apoio e o nosso voto – e não faltará.

Não sucumba. Olhe as necessidades que estão pressionando o pescoço de seus auxiliares. Continue. Vamos continuar colocando as pessoas que fizeram a seleção; se elas não continuarem, coloque algum outro ali. Evite esse toma lá dá cá de uma política com a qual o senhor não ganhou e à qual não precisa sucumbir. Um grande abraço. Governador Romeu Zema, tenho a convicção e a certeza de que o senhor vai continuar fazendo um grande trabalho.

Outro ponto: nós temos que dar uma olhada e nos debruçar... Eu sei das finanças de Minas Gerais, mas quanto ao pedágio da BR-135, que o Pimentel e sua turma fizeram no final do governo, colocando um valor caríssimo, eu quero lhe informar, governador Romeu Zema, que a estrada está horrível, chacoalhando toda; não a recapearam, e já há mais de dois anos de contrato, chegando a dois anos e meio. E o pessoal da Eco135 foi ao BNDES e tomou um empréstimo de R\$996.000.000,00 – R\$1.000.000.000,00 – para não fazer recapeamento? Fez um pouquinho de pistas: 12km, 14km de uma terceira pista lá perto de Buenópolis, que deve ter custado no máximo R\$10.000.000,00. Enquanto isso a estrada está lotada, e o povo pagando; mesmo na pandemia, havia uma moça só lá e muita fila – e pegam o dinheiro. Esse não é um serviço essencial, mas continua sem parar. Vamos fiscalizar cada vez mais isso aí. Eu estarei entrando e, se a bancada do Norte quiser, junto com ela... A Dra. Adrianna Belli e o Reinaldinho Belli estão se preparando para que a gente possa fazer com que esse contrato realmente venha a ser cumprido para não chegarem ao quinto ano e falarem: “Não deu para cumprir. Ganhamos pouco. O empréstimo de R\$1.000.000.000,00 que pegamos, nós tivemos que levar para outro estado, para outra rodovia do nosso grupo”.

Governador, pegue isso a unha, não deixe essa Eco135 fazer o tanto de maldade que está fazendo com o povo do Norte de Minas. Essa ação popular vai dar o embasamento, mas o senhor pode fazer isso: exigir a obra. Eles querem aumentar o pedágio ainda mais, sem recapear. Fazem um tapa-buracos... Se o senhor quiser, eu lhe mando as imagens porque eu fui lá, até a rodovia, filmá-los jogando com a pá um pouquinho de asfalto em cima da área ruim. Está muito ruim, e isso está sacrificando quem tem seu carro, quem

tem seu caminhão. Aí, nós temos que pedir uma fiscalização realmente mais dura. Privatizou-se. A gente é a favor da privatização – também sou, como o senhor –, mas tem que haver fiscalização do governo, não se pode só privatizar e deixar o povo ganhando os tubos de dinheiro, enquanto as pessoas estão se contaminando lá naquelas guaritas, onde há uma pessoa só com filas enormes; e a estrada está horrível. Temos que fazer 150km de duplicação até 2023. Já estamos entrando no quarto mês, praticamente, de 2021, governador.

Temos que olhar isso aí. Olhe essas duas coisas; e, no mais, que Deus o abençoe para que o senhor continue fazendo um bom governo como tem feito apesar de tantas adversidades e dessa pandemia tão terrível. Muito obrigado, senhores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

– A Comunicação da Presidência, informando ao Plenário sobre os requerimentos aprovados, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa, publicados no *Diário do Legislativo* de 25/3/2021, foi publicada na edição anterior.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 7.571/2021, do deputado Cássio Soares, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.556/2021 (Arquive-se o projeto.).

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento nº 2.680/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao comandante da Polícia Militar, em Viçosa, pedido de informações sobre o desfecho de um crime de maus-tratos contra animais ocorrido no Município de Cajuri, no dia 30 de junho de 2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Carlos Pimenta (PDT) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Duarte Bechir (PSD) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Professor Irineu (PSL) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 20 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.996/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o detalhamento dos custos que compõem a tarifa do transporte coletivo metropolitano, demonstrando-se se houve ou não redução da tarifa devido a retirada dos cobradores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 25 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.140/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à subsecretária de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre os índices de suicídio, consumados e tentados, dos agentes de segurança socioeducativos e penitenciários, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares, do ano de 2014 ao ano de 2018, respectivamente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.211/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre quando a Rede Minas vai efetivamente integrar a Empresa Mineira de Comunicação, qual será o regime de trabalho dos seus servidores, se eles irão perder algum benefício com a mudança e se será viável a proposta dos servidores para que a Empresa Mineira de Comunicação se transforme em uma *holding*. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 31 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.754/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se constam entre as diretrizes do Plano de Atendimento da Educação o fechamento de escolas

estaduais e a exclusão de vagas no 1º ano do ensino fundamental. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 3.754/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 4.012/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o projeto de captação de água da Barragem de Machado Mineiro, para atendimento, por gravidade, dos Municípios de Águas Vermelhas, Divisa Alegre, Medina e Pedra Azul. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Professor Irineu (PSL) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 30 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.379/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações quanto ao conjunto de ações, projetos de engenharia, cronograma e previsão de início de obras do trecho Caeté – Distrito de Morro Vermelho – Raposos, com extensão de 22km, correspondente ao programa Caminhos de Minas, lançado pelo governo do Estado em 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.405/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e outros, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre os estudos de impacto e as informações relativas à tramitação do licenciamento e da obtenção da outorga de águas do Projeto Serro, referente à extração de minério de ferro no Município de Serro, apresentado pela Mineração Conemp Ltda., com sede na Fazenda Tanque Seco, na zona rural de Itabirito. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 7.405/2021 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 7.415/2021, do deputado Tito Torres, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a forma de execução da elaboração de projetos viários – pequenas pontes, conforme citado na lista indicativa de projetos do Anexo IV – Programa de Fortalecimento do Serviço Público do Acordo Judicial para reparação integral, relativa ao rompimento das Barragens B-1, BIV e B-IVA, do Córrego do Feijão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Bráulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.417/2021, do deputado Tito Torres, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o plano de recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG, incluindo-se os municípios atendidos pelas referidas rodovias, de acordo com a indicação de projeto constante no Anexo III - Programa de Mobilidade do Acordo Judicial para reparação integral relativa ao rompimento das Barragens B-1, BIV e B-IVA, do Córrego do Feijão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 30 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.464/2021, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações detalhadas do número de leitos criados de Unidade de Terapia Intensiva, por hospital, de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Gil Pereira (PSD) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.560/2021, do deputado Sávio Souza Cruz, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre qual tratamento precoce vem sendo adotado pelo Estado para os pacientes acometidos de covid-19 e seu respectivo embasamento científico, tendo em vista que, em entrevista à jornalista Leda Nagle, no dia 17 de março de 2021, o governador do Estado afirmou que: “tanto é que, entre o início da pandemia, que foi aproximadamente em abril, aqui em Minas, ano passado, no mês de agosto, nós tivemos uma melhoria muito grande no que diz respeito ao tempo que as pessoas ficavam internadas, exatamente por causa do tratamento precoce. Então ele ajuda muito a evitar que a pessoa seja internada e, mesmo quando internada, que ela tenha uma alta com mais rapidez. [Ele ajuda o sistema de Saúde]. Se não fosse ele [tratamento precoce] o colapso já teria acontecido há muito mais tempo”. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – João Leite (PSDB) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 30, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 30/3/2021.). Levanta-se a reunião.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 25/3/2021, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Ornelinda Campolina Liberato, ocorrido em 22/3/2021, em Esmeraldas. (– Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de pesar pelo falecimento de Charles Lotfi (Requerimento nº 7.230/2021, do deputado Gustavo Mitre);

de congratulações com os policiais militares que participaram da operação, em 17/3/2021, no Bairro Nova Era, em Lavras, que resultou na prisão de um homem que saía de uma mata com certa quantidade de drogas e na apreensão de 66kg de pasta-base de cocaína, com valor aproximado de R\$ 1.980.000,00 (Requerimento nº 7.578/2021, do deputado Sargento Rodrigues).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 7.230/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “b”, do Regimento Interno, seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Charles Lotfi.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Olga Maria Lotfi, à Sílvia Rosa Lotfi e ao Miguel Tadeu Lotfi na Avenida do Contorno, n.º 5.445, apto 502, Bairro Cruzeiro. CEP 30.110-035.

Sala das Reuniões, 11 de janeiro de 2021.

Gustavo Mitre (PSC)

Justificação: “A ação diplomática de Charles Lotfi em favor do Líbano e, ao mesmo tempo, sua dedicação à missão de agregar libaneses e seus descendentes em território brasileiro é, sem dúvida, uma das maiores referências que nos deixa. Daí minha convicção quando lhe atribuo o título, embora inexistente oficialmente, de nosso único e insubstituível Embaixador Honorário da República do Líbano no Brasil”.

Com estas palavras o Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar, exalta o amigo Dr. Charles Lotfi, falecido em 21/12/2020, aos 91 anos.

Inclusive, meu Pai, Dr. Décio Carvalho Mitre, ao lamentar a perda do amigo que fizera na época da Associação Comercial, destaca o quanto ele era admirado e respeitado por toda a sociedade Mineira.

Tanto é que seus familiares, amigos e representantes de entidades ligadas a ele, destacam suas melhores qualidades: “homem talentoso, visionário, diferenciado, fiel, inteligente, participativo, dedicado à causa Libanesa, amigo, líder nato e respeitado, de diálogo fácil, disposto a ajudar, defensor empenhado da educação e da cultura, gentil, ético...”.

Nascido em 1929, na cidade de Corumbá – MS, Dr. Lotfi mudou-se com seus pais para o Líbano, quando tinha 10 anos. Lá cresceu e concluiu o bacharelado em línguas estrangeiras e literatura francesa, aprendendo três novos idiomas: árabe, francês e inglês.

De volta ao Brasil, casado e com 3 filhos, passou a residir em Belo Horizonte, onde viveu até seu óbito em 2020.

Aqui, tornou-se diretor da Associação Comercial de Minas (ACMinas) no período de 1975 até 1993, quando se tornou seu diretor-emérito.

Em 1981, fundou e presidiu a Federação das Entidades Líbano Brasileiras (hoje, Confederação), entidade voltada para a promoção da paz do Líbano, exercendo a sua presidência até 2010. Foi, ainda, presidente da Fuliban (Fundação Libanesa de Minas Gerais), Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais.

O Dr. Charles Lotfi era muito respeitado e influente, tendo recebido, dentre outras, as seguintes premiações: medalha da Ordem Nacional do Cedro; medalha do governo do Líbano; medalha da Ordem do Rio Branco, do Governo brasileiro; e da Medalha da Inconfidência, do Governo do Estado de Minas Gerais.

Como forma de reconhecimento pelos bons trabalhos realizados em prol da sociedade, Dr. Lotfi recebeu, ainda, os Títulos de Cidadão Honorário de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

Por esses motivos, apresentamos esta singela homenagem de reconhecimento ao Dr. Charles Lotfi e compartilhamos o pesar pelo seu falecimento com seus familiares, amigos, e com a comunidade libanesa no Brasil.

Dr. Charles Lotfi era viúvo da Sra. Claudette e deixa os filhos Olga Maria Lotfi, Sílvia Rosa Lotfi e Miguel Tadeu Lotfi.

REQUERIMENTO Nº 7.489/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES e à Secretaria de Estado de Governo – Segov pedido de providências para adiar os efeitos do Edital Fhemig nº 01/2021, adiando assim o processo de seleção para escolha da OS que gerirá o Hospital Regional Antônio Dias em Patos de Minas até que cessem os efeitos da pandemia em que enfrentamos. O momento é inoportuno, pois é um momento de luto e de enfrentamento à pandemia para evitar mais mortes.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2021.

Hely Tarquínio (PV)

Justificação: O Governo do Estado publicou um edital para implementação de um processo de seleção que escolherá uma Organização Social para assumir a gestão do Hospital Regional Antônio Dias, localizado em Patos de Minas. Ocorre que este ato é concomitante com a maior crise sanitária, de enfrentamento de uma doença que se tem notícia desde a fundação do Hospital. O povo de Patos de Minas e da Região do Alto Paranaíba está morrendo em virtude da Covid e não houve um investimento necessário por parte do Estado para conter o avanço da pandemia, como se não bastasse, em meio a esse momento de dor e luta, o Estado tenta transferir a gestão do principal Hospital da região para uma entidade do terceiro setor, desconsiderando essa atmosfera de luto e risco

de mais mortes. A região do Alto Paranaíba está sob efeitos da “Onda Roxa”, a mais grave do Estado e ainda assim, o Estado se mostra indiferente, desestabiliza e gera incertezas quando fala em terceirização da gestão do HRAD que vem atuando heroicamente diante do SOS para conter a pandemia. O Estado deveria focar seus esforços em auxiliar nesse combate, direcionar recursos e criar leitos e agilizar a instalação do tomógrafo. O momento não é, nem de perto, oportuno para se iniciar um debate sobre gestão hospitalar feita por uma OS. Razão pela qual, pugna aos Nobres Colegas e solícito o apoio para aprovar esse requerimento, bem como apelar ao bom senso dos gestores estaduais para que esse edital seja suspenso enquanto durar os efeitos da calamidade pública causada pela pandemia.

REQUERIMENTO Nº 7.577/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais em Belo Horizonte/MG e ao Senado Federal do Brasil em Distrito Federal/Brasília pedido de providências para o propósito de que seja solicitado ao Ministério da Saúde, a inclusão das pessoas que receberam Transplante de Órgãos no Grupo Prioritário do Plano Nacional de Imunização (PNI).

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

Justificação: A taxa de letalidade da Covid-19 na população (porcentagem de pessoas infectadas que evoluem para óbito) é de 2,4%, já em pessoas que precisaram receber um órgão transplantado pode chegar a 20%, de acordo com a Sociedade Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO). Isso se dá pelo fato de que o paciente que recebe um transplante de órgão precisa tomar medicamentos imunossupressores pelo resto da vida para evitar a rejeição do novo órgão pelo organismo. Medicamentos imunossupressores debilitam o sistema imunológico fazendo com que esses pacientes estejam mais propícios a processos infecciosos, fazendo com que, no caso da Covid-19, a situação se torne ainda mais agravante.

REQUERIMENTO Nº 7.578/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pela atuação no dia 17/3/2021, no bairro Nova Era em Lavras, ocasião em que efetuaram a prisão de um homem que saía de uma mata com certa quantidade de drogas. Após preso, os militares apreenderam 66 kg de pasta base de cocaína, com valor aproximado de R\$1.980,000,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil reais).

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante 251 CIA TM/8 BPM/6 RPM na Rua CMT. Nélio, 0011, Santa Efigênia, Lavras – MG e ao Comandante-geral na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte – MG, para fins de concessão de elogio individual, nos termos do art. 50, § 1º, I, da Lei nº 14.310/02.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: De acordo com REDS Nº 2021-013453637-001, segue lista de Congratulados:

RELISON GOMES DA SILVA – CABO/ 1 PEL TM/251 CIA TM/8 BPM/6 RPM

DIEGO CARLOS MARAFELI – CABO/ 2 PEL TM/251 CIA TM/8 BPM/6 RPM

FRANCIS ANTÔNIO DOS SANTOS – 2 SGT/ 1 PEL TM/251 CIA TM/8 BPM/6 RPM

LEANDRO GONTIJO DA SILVA – ASP/ SADM/8 BPM/6 RPM

ALAN ELIAS NASCIMENTO – CABO/ GP PTRAN/1 PEL/251 CIA TM/8 BPM/6 RPM

MARCOS ANTÔNIO RODRIGUES DA COSTA – CABO/ 1 PEL TM/251 CIA TM/8 BPM/6 RPM

LUCAS DONIZETTI REZENDE – CABO/ 2 PEL TM/251 CIA TM/8 BPM/6 RPM

GABRIEL DE ANDRADE CARVALHO – 3 SGT/ GP CAES/1 PEL/251 CIA TM/8 BPM/6 RPM

FREDERICK VICENTE SOUZA CABETE – 2 SGT/ GP CAES/1 PEL/251 CIA TM/8 BPM/6 RPM.

REQUERIMENTO Nº 7.579/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig pedido de providências para imediata suspensão da extinção da equipe que trabalha na gerência da RC/CL – Cemig Distribuição S/A.

Sala das Reuniões, 24 de março de 2021.

Betão, vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: O gerente da RC/CL (Relacionamento com Clientes) anunciou aos trabalhadores do setor, o fim das atividades realizadas pela atual equipe de trabalho. Anunciou também, que as atividades realizadas neste setor estarão sob responsabilidade da IBM, empresa contratada recentemente pela atual gestão da Cemig, sem licitação.

A IBM deverá subcontratar todas as atividades desenvolvidas no atendimento comercial da Cemig Distribuição S.A. a seus consumidores. Neste sentido, A IBM já encaminhou a contratação da AeC Centro de Contatos S.A. para a realização das atividades que atualmente estão destinadas à atual equipe da gerência da RC/CL.

A atual equipe da RC/CL é composta de 10 (dez) trabalhadores, revezando-se em escalas, 24 horas por dia, trabalhando dois profissionais por turno, sete dias na semana, atendendo aos Órgãos de Segurança Pública, nas suas demandas emergenciais, aquelas que geram risco à segurança das pessoas, aqui no Estado de Minas Gerais.

Esses trabalhadores realizam atendimentos, via celular e linha direta (ponta a ponta), aos representantes dos Órgãos Públicos: Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Militar, Polícia Civil, BHTrans, Transcon e outras entidades que atuam em situações de risco à população, inclusive risco de morte, naquelas que estejam relacionadas à rede da Cemig. Atuam incisivamente nos trabalhos junto aos técnicos do Centro de Operação da Distribuição – COD –, gestores da rede de distribuição da Cemig.

Os serviços mais comuns são cabos e ramais partidos, abalroamento de postes, queda de árvores sobre a rede, instalações com choque elétrico, curto na tubulação, objetos sobre a rede elétrica, dentre outros. Os contatos, principalmente com o Corpo de Bombeiros e COP's são rotineiros, e, com toda a certeza, muitas mortes e sequelas físicas foram evitadas por esta atuação conjunta.

A Cemig, dada à necessidade de conhecimento técnico apropriado e da interação imediata da área de atendimento com áreas da operação e serviço de campo, sempre optou por realizar este tipo de atendimento aos Órgãos de Segurança Pública com uma equipe própria de empregados.

Na atual configuração proposta para a RC/CL este serviço passará a ser “quarteirizado” através da IBM, empresa contratada pela Cemig na modalidade de Parceria.

Em razões de natureza do trabalho realizado, justifica-se a suspensão da extinção desta equipe. Uma vez que a extinção desses postos de trabalho e a substituição de trabalhadores bem treinados e experientes, por outros com pouca ou nenhuma experiência, contribui para aumentar a precarização do trabalho, deteriorar as relações trabalhistas e, conseqüentemente, piorar a qualidade do serviço prestado à população, aumentando o risco de acidentes, inclusive fatais.

REQUERIMENTO Nº 7.581/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde em Vespasiano e à Secretaria Estadual de Saúde pedido de providências para que seja elaborado e implementado plano de ação para vacinação de grupos prioritários, sobretudo para o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade em Vespasiano/MG, local em que há alta taxa de contaminação por Covid-19 com 22 casos confirmados, dentre eles bebês e gestantes.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

Justificação: O Plano de Vacinação desenvolvido pelo Programa Nacional de Imunizações estabeleceu como grupo vulnerável e prioritário a população privada de liberdade, suscetível a doenças infectocontagiosas, como demonstrado pela prevalência aumentada de infecções nesta população em relação à população em liberdade, sobretudo pelas más condições de habitação e circulação restrita, além da inviabilidade de adoção de medidas não farmacológicas efetivas nos estabelecimentos de privação de liberdade, tratando-se de um ambiente potencial para ocorrência de surtos, o que pode fomentar ainda a ocorrência de casos fora desses estabelecimentos. Por este motivo, apresento o pedido de providências para que seja implementado plano de ação para vacinação do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade localizado em Vespasiano/MG, haja vista a alta taxa de contaminação por Covid-19.

REQUERIMENTO Nº 7.583/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “e”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao prefeito de Itabira pedido de informações acerca do procedimento de remoção de mais de 700 famílias no município de Itabira, Minas Gerais, em razão das obras realizadas pela empresa Vale S.A. na Barragem do Pontal. Requer sejam apresentadas justificativa legal e técnica para a realização da remoção e informações jurídicas e administrativas sobre do procedimento, tais como prazo para efetivação da medida, oferta de alternativas de moradia para os atingidos, acompanhamento social das famílias e tudo mais que se refira ao procedimento de remoção.

Sala das Reuniões, 18 de março de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

Justificação: Recebemos, recentemente, denúncias acerca de procedimento de remoção de mais de 700 famílias no município de Itabira em virtude da realização de obras na Barragem do Pontal pela empresa Vale S.A. Estamos vivendo em nosso estado e em nosso país um momento gravíssimo, onde acentuam-se as mazelas sociais e a falta ou precariedade de moradia passa constituir efetivo risco de morte. Para tanto, no exercício do poder fiscalizatório que cabe ao Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais e com o intuito de garantir os direitos de nossa população, encaminho este pedido de informação, no que espero contar com a aprovação dos Nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 7.584/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As deputadas e os deputados que este subscrevem requerem a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que sejam promovidos todos os esforços a fim de

que sejam adquiridas doses de vacinas suficientes para imunizar todos os mineiros em parceria com os demais órgãos e Poderes, em especial a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC) – Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Betão (PT) – Carlos Henrique (Republicanos) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Leninha (PT) – Repórter Rafael Martins (PSD) – Sargento Rodrigues (PTB) – Ulysses Gomes (PT).